

cunslâncias impuserem. Daí poder reafirmar a V. Sª que, dentro da Lei e da Constituição, o Inquérito Policial-Militar determinado para a apuração de atividades subversivas no território da 6ª Região Militar será levado a cabo com destemor e desassombro etc. e tal".

Trata-se simplesmente de um General que, prevalecendo-se das armas que lhe foram entregues pela Nação, e esquecendo-se do juramento de fidelidade a Constituição e de defesa das leis que prestou, vem declarar, de público, que não respeita essa Constituição, que não respeita essas leis. A incommunicabilidade quanto a advogacia não existe no Brasil. O Superior Tribunal Militar a tem considerado nula em repetidas decisões. O Supremo Tribunal Federal tem feito a mesma coisa.

Quando uma espécie de cobertura de omelete, ao notório Coronel Fernando de Carvalho, que, quando chefe do IPIA sobre o Partido Comunista apontou como comunistas alguns dos políticos mais conservadores, para não dizer reacionários, deste País, como, por exemplo, o ex-Vice-Governador de Minas, Clóvis Salgado dando cobertura a este homem nacional, que não tropieja em usar da sua patente para cometer ilegalidades (o General procede da mesma forma).

Certo que não é eficiente mais se perguntar ao Ministro do Exército se o M.D.E. está em vigor; certo que não é mais útil se perguntar ao Presidente da República se mantém ou não a disciplina nas Forças Armadas, certo que as essas perguntas tivessem a resposta que a Constituição lhes garante e a única compatível, nos termos das leis brasileiras, o General Clóvis Bandeira Brasil não apenas estaria destituído hoje do seu comando, como estaria certamente na prisão.

É na o que tinha a dizer. *(Muito Bem)*.

O SR. DOIN VIEIRA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, publicam os jornais de hoje um dos mais belos documentos políticos dos últimos meses, nesta República. Ele é assinado por um ex-Presidente da República eleito pelo povo e apaeado do poder por força do movimento revolucionário de primeiro de abril e também por um dos líderes civis dessa mesma revolução, que participou, de armas na mão, do processo de derrocada desse Presidente e de sua cassação de direitos políticos.

Somos daqueles, Sr. Presidente, que, no exercício da Oposição, no Brasil, se manifestaram desde a primeira hora descrentes em primeiro lugar, da sinceridade da vontade e da eficácia da participação do ex-Governador da Guanabara na aceleração do processo de redemocratização nacional, e, em segundo lugar, da oportunidade e da conveniência das soluções insurrecionais no equacionamento do grande drama do Brasil de agora.

Vinculamos sempre, e vinculamos indubitavelmente, todo trabalho de libertação e redenção nacional à tarefa do desenvolvimento, que dará a todos e a cada um dos brasileiros aquela dignidade e aquela plenitude humana que não há de libertar das subjugações externas e das carismáticas lideranças internas.

Para esse empreendimento não viamos, como não vemos, condições neste Governo, indeciso e indefinido que aí está — tolo gigante que se perde a espantar mósicas imaginárias enquanto a tarefa da construção nacional jaz abandonada e esquecida, para sofrimento e desespero de 85 milhões de tripulantes deste eterno País do futuro.

Esta pasmaceira pós-revolucionária permitiu que surgissem os balões de

ensaio da Frente Ampla, invocando velhas e queridas lideranças nacionais, para tentar acelerar a mudança do status político-social brasileiro. Dá ela um passo expressivo com a publicação do manifesto hoje divulgado. Não afetam nossas posições, pessoais as assinaturas que o documento apresenta. Mas é incrível a grandeza e a elevação dos termos em que o tema foi agora posto. Não mais a queima de etapas para a aceleração de uma escalada insurrecional de consequências finais duvidosas; não mais o propósito apenas de substituição das atuais e omissas lideranças nacionais por outras e frustradas vocações plenipotenciárias; não mais os meios, porém os fins; não mais os homens, porém o País e seu povo entre esperançoso e desesperado.

Não temos condições humanas de medir a sinceridade e a legitimidade dos propósitos expressos do documento de Montevideu. Mas ele manifesta a ansiedade e as aspirações dos brasileiros em maioria esmagadora. E eles crescem, Sr. Presidente, à ordem de 3 milhões de novas almas por ano. Temos tentado, e Deus sabe com que empenho, nós, os representantes da Oposição nesta Casa, fazer do MDB o porta-voz desta ansiedade e o arauto destas aspirações alargando-lhe o campo ridículo de mera oposição consentida e legitimadora da pseudo-democracia brasileira. Temos preocupado com a escalada da reação que a Frente Ampla provoca e provocará entre os partidários da instituição de um regime de força neste País. Observe V. Exª, Sr. Presidente, que o mesmo "Jornal do Brasil", que publica bem elaborado e vermente editorial contrário à Frente Ampla, ao lado dele divulga informes atuais quanto ao estabelecimento do Estatuto dos Casados. Mas a posição tomada pelo Governo e a atitude cívica dos termos do Manifesto de Montevideu nos obriga e nos leva a afirmar nesta hora que, embora transitória, o que é bom para a Frente Ampla é bom para o MDB e é bom para o Brasil. *(Muito Bem Palmas)*.

Sr. Presidente, não sabemos por quanto tempo esta afirmativa será válida; não sabemos por quanto tempo estaremos juntos, mas lá fomos colocados por um Governo omissivo e inépto e pela necessidade de quebrar, destruir e derubar esta situação de revolução esta situação de pseudo-democracia que nos inquieta que nos prende, que nos escraviza e nos impede a partida para os grandes destinos a que estamos fadados. *(Muito Bem. Muito Bem. Palmas)*.

O SR. MATA MACHADO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, é impossível evitar o tema de hoje — o pacto de Montevideu. Certamente voltará o assunto a debate sob os aspectos mais variados. Após o lucido discurso do Sr. Deputado Doin Vieira, gostaria apenas de destacar um aspecto do documento fundamental, com que se deu ao movimento da Frente Ampla uma extensão e uma profundidade inesperadas.

Em quatro palavras se pode resumir o documento: paz, desenvolvimento, liberdade, justiça.

Há uma equiparação entre as noções de paz e de desenvolvimento. Todos sabem que esse foi o tema da *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI.

Há uma vinculação profunda entre liberdade e justiça, sobretudo entre liberdade democrática e justiça social.

Acima de tudo me impressionou, no documento, a opção que agora se faz e que se pode exprimir em dois períodos que destaco:

"Ninguém tem o direito de suprimir, pela modificação, pela usurpação total do poder civil, ou pelo ódio, as esperanças do País, de solucionar pacificamente

os grandes problemas do nosso tempo".

É bom grifar-se o advérbio. É bom mais essa alusão à paz, mais essa noção de paz:

"Solucionar os nossos problemas, desencadear o desenvolvimento autônomo do Brasil — prefiro que à idéia do desenvolvimento se ligue essa da autonomia em regime de paz e de justiça".

E, no final do documento, lê-se:

"Assim, só assim evitaremos a terrível necessidade de escolher entre a submissão e a rebelião, entre a paz da escravidão e a guerra civil".

Muitas vezes nesta Casa, Sr. Presidente, referi-me à opção da juventude brasileira, uma opção que se fez duramente, gravemente, maduramente, uma opção pelas soluções violentas, a opção chamada insurrecional. Todos nós, Sr. Presidente, estamos empenhados, sem dúvida, na solução institucional. Esta, porém, só será possível com o apoio integral e definitivo de todo o povo brasileiro.

O que se sei ontem em Montevideu foi esta união entre todos aqueles que esperam uma solução pacífica dos nossos problemas, de todo o povo brasileiro, de toda a nação brasileira, através, sobretudo, do mundo operário e da juventude nacional. *(Muito Bem. Palmas)*.

O SR. RAUL BRUNINI:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o ilustre Deputado Breno da Silveira condenou o acordo político firmado em Montevideu, em torno do programa da Frente Ampla, entre o Ex-Presidente João Goulart e o Sr. Carlos Lacerda.

Estranho que parla do nobre Deputado da Guanabara aquela condenação, quando S. Exª é o exemplo vivo do inconformismo. Explico melhor: o Sr. Breno da Silveira incluiu-se na vida pública, integrando os quadros da UDN, ao lado do Sr. Carlos Lacerda e outros eminentes brasileiros. Discordou, depois, dessa linha política, filiando-se ao Partido Socialista e, em seguida, ingressou no PTB.

Por que agiu assim o Sr. Breno da Silveira? Deve ter os seus motivos e as suas razões. Mas creio que leve sempre os mais altos propósitos. Por que então condenar estes e outros políticos, depois de um fato que afetou profundamente a vida política brasileira? Não sabe o ilustre Deputado Breno da Silveira que os partidos foram dissolvidos e que a atual situação impede o aparecimento de novos líderes, pois o povo não participa mais do processo democrático? Como surgir lideranças, quando não há liberdade?

O movimento da Frente Ampla está acima de quaisquer interesses pessoais ou de desinteligências passadas. Ele preconiza a redemocratização do País, pelos processos pacíficos e legais.

Quando os adversários se confraternizam, devemos jogar-lhes pedras, ou aplaudi-los? Quando se prega a paz, devem ser condenados? Quando se desejam a união dos brasileiros, devemos repudiá-los, para que o ódio prevaleça eternamente, dividindo nossos patriotas? Quando a própria terra dá magnífico exemplo da confraternização ecumênica, procurando a união dos cristãos para a luta contra o materialismo ateu, por que não receber com euforia esse movimento pacífico, democrático, legal e ordeiro?

A Frente Ampla é um movimento de profunda significação, uma salua patriótica que precisa ser entendida na sua essência. Não há interesses pessoais em jogo, não há subilúgios, nem hostilidades. É uma nova etapa na vida brasileira, sem precedentes, onde o passado não prevalece, pois o País precisa voltar-se para o

futuro, sem capitulações e sem contratempos.

Liderança não se impõe, conquista-se pelos serviços prestados ao seu povo e à sua Nação. As lideranças populares brasileiras existem, e agora estão unidas em defesa dos mais altos interesses do País. Não são contra ninguém, mas a favor do Brasil.

Assim entendemos o movimento da Frente Ampla como democrático, legal. E assim pensa o povo, que vê nesse gesto o início de uma nova era, sem ódios, divisões, dissensões, mas sim com a confraternização de todas as tendências e de todas as classes sociais. *(Muito Bem)*.

O SR. HERMANO ALVES:

(Comunicação — Lê) — Sr. Presidente, encontrando-se em Montevideu e publicando uma nota conjunta, os Srs. João Goulart e Carlos Lacerda (que se faziam acompanhar do nosso companheiro, o Sr. Renato Archer, representante do Senhor Juscelino Kubitschek), deram mais um passo decisivo para a formação de um grande movimento nacional que visa à redemocratização do Brasil. A redemocratização do Brasil, a retomada do processo de desenvolvimento econômico, a preservação da soberania e a reforma das estruturas arcaicas que retardam a ascensão do nosso País no cenário mundial.

Trata-se do terceiro fato histórico que vem demonstrar que o passado de incompreensões e de lutas estérteis, que criou as condições para o trágico retrocesso de março-abril de 1964, deve sepultar-se, para que o País encontre o seu verdadeiro destino. O primeiro fato foi o encontro de Lisboa, entre os Srs. Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda. O segundo fato foi a decisão firme e corajosa do Presidente Kubitschek de não prestar depoimento às autoridades policiais-militares sobre a sua participação no encontro que se realizou, no R.º, na residência do Senhor Renato Archer. Agora, em Montevideu, foi dado o terceiro grande passo.

Sr. Presidente, as estruturas jurídicas e políticas que se estabeleceram no País em 1946-1964 foram destruídas no mês de abril de 1964. Mas os velhos conceitos persistiram. As estruturas psicológicas se mantiveram, teimosamente, até o momento em que os políticos mais lúcidos compreenderam que, sem um esforço real pela superação de divergências antigas e pelo estabelecimento de um novo trato social, político e econômico, o Brasil continuaria prisioneiro de um Estado militarista garantido pelas forças mais retrogradadas da sociedade contemporânea e pelos interesses imperialistas — sejam esses quais forem.

O pacto de Lisboa, a nota do Presidente Kubitschek há poucas semanas e o encontro de Montevideu são os sinais seguros de que já existe um processo de desenvolvimento político-rápido, que visa a mobilização popular para a transformação, por meios pacíficos (para que tal transformação não se dê — como poderia ocorrer — por meios violentos), da situação em vigor no Brasil. Para inuíta gente, tais fatos têm o significado de surpresas desagradáveis. No entanto, eles apenas demonstram o amadurecimento da consciência política brasileira, em nome dos mais legítimos interesses nacionais. Cada um desses fatos valeu por mil comícios e por mil atos públicos, até porque servem cada um deles para quebrar as velhas estruturas psicológicas que tentavam em sobreviver e que ainda garantem, pela inércia, a prevalência da ordem retrograda que se instalou em abril de 1964. *(Muito Bem.)*

O SR. OSWALDO LIMA FILHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Deputados, a Nação Brasileira começa a sair do túnel em que nos colocou a diadura instalada com o golpe militar de abril